

Exmo. Dr. Promotor de Justiça da 04ª Promotoria de Justiça da Comarca de Betim, Minas Gerais.

AVELINO JOSÉ DE MORAES, brasileiro, solteiro, Assistente Administrativo, matrícula 0540170-0, inscrito no CPF nº 919.693.876-53;

ETIENE SCOFIELD SARAIVA, brasileira, solteira, Assistente Administrativo, matrícula 0540271, inscrita no CPF nº 031.395.786-01;

KARINA MOTTA DOS SANTOS, brasileira, casada, Analista Previdenciário, matrícula 0540377-4, inscrita sob o CPF nº 988.900.696-00;

ROSANA GOMES, brasileira, solteira, Assistente Administrativo, matrícula 0540230-1, inscrita no CPF nº 953.253.796-15;

SARA GRIMBERG MURTA, brasileira, divorciada, Analista Previdenciário, matrícula 0540203-4, inscrita no CPF nº 014.384.606-00;

VIVIANE MERCIA DE PAULA LINO, brasileira, casada, Assistente Social, matrícula 0540169-0, inscrita no CPF nº 063.996.256-45

todos, servidores efetivos do IPREMB, com endereço para intimação na Praça José Lino da Silva, nº 15, Bairro Brasileira, em Betim – MG, vêm perante V. Exa. Noticiar Fatos e requerer, ao final, providências nos termos do Art. 129, incisos III, VI e VIII da CF/88; Art. 25, alínea “b”, art. 26 com seus incisos, alíneas e parágrafos, da Lei Federal 8625/93 de conformidade ao que passa a expor.

Dia 18 de dezembro de 2021 foi publicado no Órgão Oficial do Município, o resultado do credenciamento de Organizações Sociais no Ipreamb, sendo que o Instituto Dignidade e Desenvolvimento Social (IDDS) foi o vencedor do referido credenciamento. Há indício de que a Organização Social credenciada seja a mesma que é alvo de investigação deste próprio Ministério Público por suspeita de irregularidades de contratação e na atuação dessa OS em duas grandes áreas da gestão municipal, que são a Educação e a Saúde.



Órgão Oficial

[Handwritten signatures and initials]

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
BETIM - IPREMB

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DO CREDENCIAMENTO Nº 001/2021 PARA QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM-IPREMB O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM-IPREMB, por meio de sua Comissão de Avaliação Qualificação e Habilitação de Entidades com Organizações Sociais - OS, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 6.194, de 23 de maio de 2017 e demais legislações pertinentes, TORNA PÚBLICO para conhecimento de quem possa interessar o resultado da análise dos documentos apresentados, que ensejou a decisão de qualificação da Organização Social-OS, no âmbito do Instituto de Previdência Social do Município de Betim - IPREMB, de acordo com a reunião realizada em 15 de dezembro de 2021 às 15h00min, na sala de reuniões do Instituto de Previdência Social do Município de Betim - IPREMB, localizada na Praça José Lino da Silva, nº 15, bairro Brasília, neste município, com o ponto de pauta a análise documental das entidades que cumpriram o Chamamento Público nº 001/2021 para credenciamento e qualificação de organizações sociais no âmbito do Instituto de Previdência Social do Município de Betim - IPREMB, publicado no Órgão Oficial do Município em 30/11/2021 e considerando a checagem pormenorizada de todos os meios de habilitação estabelecidos no Edital e documentos das instituições apresentados, a Comissão deliberou e QUALIFICOU o "Instituto de Dignidade e Desenvolvimento - IDDS" inscrito no CNPJ sob o nº 18.273.227-0001-76, por ter atendido a todas as exigências de habilitação estabelecidas no Edital para celebrar contratos de gerenciamento com o Instituto, visando melhorar a gestão, a operacionalização, obras e serviços relacionados ao apoio técnico, mediante o fornecimento de equipamentos, mão de obra e insumos necessários ao pleno funcionamento e desenvolvimento do Instituto, para implantação do Programa "Futuro Garantido", instituído pela Portaria nº 668, de 11 de novembro de 2021.

Vitor Barbosa de Souza
Presidente da Comissão de Avaliação, Qualificação e Habilitação de Entidades com Organizações Sociais - OS

Tiago Lúcio de Freitas
Membro da Comissão de Avaliação, Qualificação e Habilitação de Entidades com Organizações Sociais - OS

Camila Raissa Lopes Franco
Membro da Comissão de Avaliação, Qualificação e Habilitação de Entidades com Organizações Sociais - OS

Em superficial consulta ao google, é possível observar que o endereço e CNPJ são os mesmos para o Instituto Dignidade e Desenvolvimento Social (IDDS), que foi credenciado pelo Ipreamb e para a Associação Dona Dochinha a qual foi alvo de apuração deste Ministério Público sobre favorecimento da contratação da organização na área da Saúde de Betim e, depois, investigação de contratações irregulares na área da Educação também betinense. Agora, o foco é a Previdência Social dos Servidores de Betim.



dona dochinha



http://conselhosocialmg.gov.br/projetos_fei PDF

Associação Grupo de Convivência Dona Dochinha

Associação Grupo de Convivência Dona Dochinha, CNPJ 18.273.227/0001-76, Telefone: (31)

3295-5655, E-mail: institucional@donadochinha.com.br

1 página

Assinado
Assinado
Assinado
Assinado
Assinado

<https://cnpj.biz> » Empresas » MG » Belo Horizonte

Idds Instituto de Dignidade e Desenvolvimento Social ...

Todos os dados da empresa Idds Instituto de Dignidade e Desenvolvimento Social com

CNPJ 18.273.227/0001-78 - 18273227000178 de Belo Horizonte/MG

Inclusive, em matéria do jornal Estado de Minas, feita pela repórter Larissa Ricci, publicada em 10/08/2021, o primeiro parágrafo da notícia já traz a informação, confirmando, que a Organização Social Dona Dochinha - agora, nomeada como Instituto de Dignidade e Desenvolvimento Social.

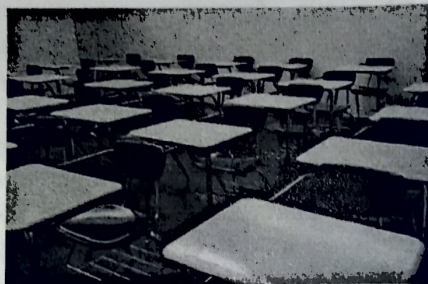
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/08/10/interna_gerais.1294578/prefeitura-de-betim-tem-uma-semana-para-explicar-contr...

ESTADO DE MINAS Gerais

Prefeitura de Betim tem uma semana para explicar contratações irregulares

MPMG pede a anulação dos contratos na educação e suspensão de repasse para Instituto. Prefeitura nega irregularidade

Leifeng Ruan
 Manuscript #466, accepted online 12/02/2017 14:19








5. Concurseiros estariam sendo preferidos no preenchimento dos cargos para escolas municipais, segundo o Sind Un (Rev. Marcelo Ramalho)

A prefeitura de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tem uma semana para responder à manifestação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) que recomenda a suspensão do repasse de valores do contrato com a Organização Social Deter Declunha - agora, nomeada como Instituto de Dignidade e Desenvolvimento Social.

 **Ati removido.**
Anexar detalhes

MAIS LIDAS

- 1 08/05/2023/2023 - [Gazetapedia](#)  [Vigilância de casos de COVID-19 e identificação no Rio de Janeiro](#)
- 2 08/05/2023/2023 - [Gazetapedia](#)  [Vírus: compare a nova forma / 7.1.17 e a forma antiga da gripe](#)
- 3 07/05/2023/2023 - [Gazetapedia](#)  [Mulher se casa com homem e ganha luz de mel em motel](#)
- 4 11/05/2023/2023 - [Gazetapedia](#)  [Cidade recebe visita após ser nomeada com o título de cidade](#)
- 5 08/05/2023/2023 - [Gazetapedia](#)  [Vírus: compare a nova forma / 7.1.17 e a forma antiga da gripe](#)

Nas Secretarias de Saúde e Educação e no Ipemb, a suspeita de ilegalidade salta aos olhos, principalmente, por ter sido realizado chamamento público sem licitação e a Organização Social em questão foi a credenciada nos três casos.

O que mais chama atenção é que à época do credenciamento da OS pelo Ipemb, a organização já havia mudado de nome de Dona Dochinha para IDDS e, mesmo já tendo procedimentos judiciais envolvendo essa relação entre a Organização e o Município de Betim, coincidentemente, a mesma foi credenciada novamente para atuar em outra área do Governo Betinense, agora, uma autarquia.

Até o nome do Programa que a Organização Social foi credenciada para gerenciar é parecido: na Educação (Educação para o Futuro) e na Previdência (Futuro Garantido).

Além disso, o jornal Estado de Minas fez três matérias a respeito sobre a Saúde e Educação. Basta acessar os links:

saúde e Educação.

- **MP vai investigar denúncia de contratações irregulares na educação em Betim**
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/08/02/interna_gerais.1291328/mp-vai-investigar-denuncia-de-contratacoes-irregulares-na-educacao-em-betim.shtml
- **Betim: MP apura possível favorecimento de empresa pela Secretaria de Saúde**
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/04/08/interna_gerais.1255127/beti-m-mp-apura-possivel-favorecimento-de-empresa-pela-secretaria-de-saude.shtml
- **Prefeitura de Betim tem uma semana para explicar contratações irregulares**
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/08/10/interna_gerais.1294578/prefeitura-de-betim-tem-uma-semana-para-explicar-contratacoes-irregulares.shtml

A insistência do Ipreamb em credenciar uma OS que já enfrenta investigações e processos por irregularidades, tudo sem licitação, exige apuração. Na Educação, o Inquérito Civil do Ministério Público número 0027.21.001000-8 virou a Ação Civil Pública 50139417620218130027 em que o Promotor de Justiça pede a anulação do edital para contratação de servidores por irregularidades no processo seletivo da Educação. Na Saúde, o Ministério Público gerou o procedimento nº 0027.20.000921-8.

Depois de alterar a lei municipal para colocar na gestão da autarquia a maioria de servidores comissionados, promover a contratação massiva de estagiários para execução dos trabalhos, e se abster da realização de concurso público, a atual gestão tenta trazer para a gestão previdenciária uma organização que já foi considerada suspeita de ter sido contratada irregularmente em duas áreas importantes do Município, que é Saúde e Educação. Agora, volta-se para a Previdência Social dos Servidores Públicos de Betim.

O intuito desse credenciamento no Ipreamb é qualificação e habilitação de organizações sociais para celebrar contratos de gerenciamento com o Instituto, visando melhorar a gestão, a operacionalização, obras e serviços relacionados ao apoio técnico, mediante o fornecimento de equipamentos, mão de obra e insumos necessários ao pleno funcionamento e desenvolvimento do Instituto, para implantação do Programa "Futuro Garantido", instituído pela Portaria nº 668, de 11 de novembro de 2021.

Mais uma vez, a Comissão de Avaliação Qualificação e Habilitação de Entidades como Organizações Sociais - OS, é formada por cargos de confiança, que, como já foi denunciado por este mesmo grupo que subscreve essa nova denúncia, cumprem as exigências da Lei 6.666/2020, mas não conseguem desenvolver as atividades das Divisões que chefiam, principalmente, pela alta rotatividade das chefias, por não terem tempo de conhecer e desenvolver com eficácia as especificidades de um instituto próprio de previdência.

Não consta que o Instituto Dignidade e Desenvolvimento Social possua a capacidade técnica e certificação específica para gerir um Regime Próprio de Previdência Social, como se apura facilmente em consulta aos seus dados cadastrais na Receita Federal, informação pública.

O desgaste da gestão administrativo-previdenciária não para por aí. O esfacelamento da Previdência Municipal de Betim tem refletido no adoecimento dos servidores efetivos, que não suportam presenciar tanto descaso da administração, que não investe na qualificação da equipe e não realiza concurso público. E, em contrapartida, contrata pessoas inexperientes para a gerência e um massivo de estagiários para atuarem nas diversas áreas do Ipreamb. Isso ainda levou à cessão de vários efetivos para a própria Prefeitura de Betim e TRE, além do pedido de exoneração de outros. Se já não bastasse, a má gestão ainda credencia uma

Procurador
Amphino
Albuquerque
Amphino

arrojados, pois ganham um aval de que têm consciência administrativa para desenvolver um trabalho sério, que garanta mais rentabilidade e saúde financeira aos Institutos Próprios, garantindo o equilíbrio financeiro e atuarial. O Progestão é o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Entretanto, para melhorar a gestão, o primordial é o apoio da própria gestão. Algo que o Ipreamb não tem, pois, o Presidente Bruno Cypriano não se envolve e nem instrumentaliza o trabalho da Comissão de Implementação do Progestão no Instituto para discutir as melhores estratégias a serem seguidas. Sabemos disso porque ele nomeou para a citada Comissão apenas servidores efetivos, inclusive, uma das subscritoras dessa denúncia, Karina Motta dos Santos. E nunca se reuniu com a comissão. Apesar disso, contrata uma Organização Social, aparentemente, alheia ao universo dos Regimes Próprios de Previdência Social, quando há empresas especializadas que atuam no ramo de consultoria e assessoria na implantação do Progestão.

Lembrando que o Programa Futuro Garantido tem como objetivo melhorar a gestão, operacionalização, obras e serviços, relacionados ao apoio técnico, com foco no desenvolvimento das atividades do Ipreamb. E, dentre os objetivos específicos do Programa, está o aprimoramento das práticas de gestão e o aperfeiçoamento de padrões e processos preestabelecidos e institucionalizados.

Já uma das metas específicas é articular o desenvolvimento do Instituto de Previdência Social do Município de Betim, ampliando a capacidade administrativa e de gestão e, também, assessorar as divisões do Instituto de Previdência Social do Município de Betim no desenvolvimento de suas atividades precípuas.

Entretanto, como já foi dito, toda e qualquer atividade desenvolvida no Ipreamb exige conhecimentos específicos, experiência e a necessidade de se seguir uma série de critérios, requisitos e exigências para a organização e funcionamento dos RPPSs, como as diretrizes contidas em atos normativos da Secretaria de Previdência Social, do Conselho Monetário Nacional e do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Além disso, o edital de credenciamento nº 01/2021 prevê que a organização social preste serviços com vistas à melhoria da gestão, operacionalização, obras e serviços relacionados ao apoio técnico, mediante o fornecimento de equipamentos, mão de obra e insumos necessários ao pleno funcionamento e desenvolvimento do Instituto, para implantação do Programa Futuro Garantido. Assim, mais uma vez, prioriza a contratação de mão de obra - sem especificar e deixar claro que precisa ser especializada - e ignora a patente necessidade de realização de concurso público.

Por fim, a Lei Municipal n.º 6.194, de 23 de maio de 2017, que disciplina as relações entre o município de Betim e as organizações sociais, afirma em seu art. 1º que:

§ 1º - O Poder Executivo Municipal poderá qualificar como Organizações Sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à saúde, ao ensino, ao lazer, ao desporto, à cultura, ao meio ambiente, ao desenvolvimento científico e tecnológico, à área social, ao transporte, ao saneamento básico, à regularização fundiária, ao uso e ocupação do solo, à limpeza urbana, ao

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

organização social com indícios de estar sendo investigada por contratação irregular realizada pelo próprio município.

Se essa gestão não conseguiu seguir a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.922, que vem sendo adotada desde 2010, inicia procedimentos demonstrando que não conseguirá colocar em prática a nova Resolução CMN nº 4.963/2021, que define novos parâmetros para a Política de Investimentos a qual deve ser desenvolvida pelos RPPSs, dispondo sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social e ainda inclui o empréstimo consignado como uma das opções de alocação de recursos dos RPPSs. E isso porque busca o auxílio de uma Organização Social, no mínimo suspeita, em detrimento de qualificar e valorizar seus servidores efetivos e realizar concurso público, onde se exige, por meio de provas e títulos, a capacidade técnica para o desenvolvimento dos trabalhos.

Quiçá seria, também, suficiente a edição de novo regulamento para tirar da inércia a Divisão de Crédito ao Servidor do Ipreamb, que até então existia como um "setor fantasma" sem poder cumprir suas atribuições por ter sido criada e nomeadas as suas chefias sem haver regulamentação em vigor.

Ressaltamos que a existência da "Divisão Fantasma" e o prejuízo causado pelos maus investimentos realizados pelo atual presidente do Ipreamb contra a vontade do ex-Chefe da Divisão de Investimentos e Financeiro, Sr. Brasil Castro e Silva, que já passa da casa dos R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) já foi alvo de denúncias deste mesmo grupo de servidores que subscreve a este Ministério Público.

Temos respaldo em nossa preocupação com o futuro do Ipreamb e na nossa observação de que essa atual gestão temerária, mesmo com diversas denúncias ao Ministério Público, com auditoria e relatório da Secretaria de Previdência Social e diligências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais não freia seus desmandos administrativos e continua, cada vez com mais coragem, ferindo a todo tempo os princípios constitucionais da Administração Pública presentes na CF/1988: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Recente encontro foi realizado para debater e apresentar a nova Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4963/2021, e está disponível no canal youtube da TV Abipem – Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais: <https://www.youtube.com/watch?v=0lpr8aZicP0>

No Módulo 1 deste encontro, foi convidado o Superintendente de Relações com Investidores Institucionais, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Daniel Maeda. Ele participou ativamente do grupo de trabalho que definiu a estrutura dessa nova resolução.

Aos 17'06", Maeda afirma que a resolução mostra mais um passo no sentido do amadurecimento dos Regimes Próprios. Em particular, dos investimentos que os Regimes Próprios fazem. Com a segmentação dos limites de investimento de acordo com os níveis de governança de cada RPPS. E o objetivo principal da boa governança é eliminar a fraude.

Ele se refere aos níveis de certificação do Progestão, que reconhece as boas práticas de gestão. Quanto maior o nível que o RPPS se encaixa, mais confirma sua eficiente capacidade de gestão e, desse modo, ganha maior margem de fazer investimentos mais


Progestão
Maeda
Amelina

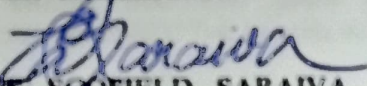
planejamento e ordenamento urbano, atividades afins e Programas criados pelo Poder Executivo, atendidos os requisitos previstos nesta Lei. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 6867, de 09/07/2021).
(grifo nosso)


Dessa lei, pode-se depreender a suspeita de que o Programa Futuro Garantido do Ipemb possa ter sido criado apenas para atender à exigência e diretrizes básicas de como estão disciplinadas as relações entre a Administração Pública Municipal de Betim e as entidades de direito privado qualificadas como Organizações Sociais - OS.

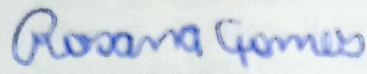
Pelo exposto, desde já, solicitamos apuração e, após, sejam tomadas as medidas necessárias à restituição ao erário dos possíveis danos causados e punição dos envolvidos.


Betim 27 de dezembro de 2021.

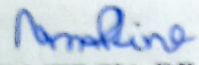

AVELINO JOSÉ DE MORAES
Assistente Administrativo


ETIENE SCOFIELD SARAIVA
Assistente Administrativo


KARINA MOTTA DOS SANTOS
Analista Previdenciário


ROSANA GOMES
Assistente Administrativo


SARA GRIMBERG MURTA
Analista Previdenciário


VIVIANE MERCIA DE PAULA LINO
Assistente Social

Órgão Oficial